

Artigo



CLAUDIO J. D. SALES
claudio.sales@acendebrasil.com.br

Os desafios do novo titular da Aneel

O corpo diretor da agência deve pautar seus processos e decisões pelo respeito aos contratos

Anteontem foi o último dia do mandato de Jerson Kelman, que ficou quatro anos à frente da Agência Nacional de Energia Elétrica. Seu substituto deverá ser Nelson Hubner, que já passou pela sabatina da Comissão de Infraestrutura do Senado, mas ainda depende da aprovação formal pelo plenário daquela Casa.

Se aprovado, Hubner enfrentará um mandato repleto de desafios: garantir uma atuação autônoma e despolitizada para a Aneel, executar uma política tarifária baseada em princípios de eficiência, e contribuir para que haja mais transparência em temas como a carga de tributos e subsídios sobre a conta de luz e a real situação de oferta de energia.

Teremos uma Aneel autônoma e despolitizada quando decisões técnicas e econômicas deixarem de ser reféns de políticos. O corpo diretor da agência reguladora deve pautar seus processos e decisões pelo respeito aos contratos e blindar-se das pressões políticas e populistas que gravitam ao redor de um tema em especial: a definição de tarifas.

A tarifa de eletricidade é regulada, o que significa que, com base em contratos de concessão assinados entre o Estado brasileiro e as empresas distribuidoras, o regulador precisa atuar de forma puramente técnica e simplesmente aplicar o que regem estes contratos, equilibrando as pressões advindas do governo (que tem interesses políticos em reduzir a tarifa para obter créditos eleitorais, a despeito das consequências que reduções artificiais possam ter sobre a qualidade dos serviços e sobre a sustentabilidade das empresas), dos consumidores (que obviamente sempre desejaram a maior qualidade pelo menor preço, hoje, mesmo que isso comprometa o longo prazo) e das empresas (que sempre procurarão ter ren-

tabilidade compatível com os custos e riscos impostos pelas exigências dos contratos e pelas características socioeconômicas de suas áreas de concessão).

Esse papel de promotor de equilíbrio é complexo e exige líderes preparados tecnicamente e que consigam resistir principalmente aos ataques demagógicos e populistas.

Amesma seriedade será necessária para interromper o ciclo de baixa transparência sobre a situação de oferta de energia e os custos envolvidos para contornar o elevado risco de racionamento que vivemos há pouco. Aliás, Kelman foi figura isolada nas esferas governamentais quando veio a público e confirmou os cálculos divulgados por este instituto que apontavam riscos de racionamento superiores a 20% em janeiro de 2008. Como membro do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) Hubner pode insistir na necessidade de divulgar as atas de reunião desse comitê, que nunca publicou as justificativas que tem embasado as inúmeras decisões discricionárias que têm afetado todo o País.

Kelman, em seu mandato, evitou a "postura de avestruz" convencido de que é melhor dar transparência aos problemas do setor para que a sociedade busque as soluções melhores e mais baratas, mas foi atacado e desmentido pelo governo que disse que não havia risco algum. Mas o mesmo governo, para evitar o racionamento, deu a ordem de operar térmicas a óleo e gerou uma conta adicional de R\$ 1,7 bilhão que já está sendo paga pelos consumidores. Nenhum documento técnico foi divulgado para justificar essa medida.

O próximo diretor-geral da Aneel precisará trabalhar para dar transparência a este tema e para dar publicidade à absurda carga de impostos embutida na conta de luz: a alíquota média nacional de 46,3% já rendeu aos cofres públicos, na primeira quinzena de 2009, R\$ 1,6 bilhão.

Ao novo diretor-geral nossos votos de sucesso e nossas altas expectativas em relação à sua independência decisória. Afinal, ele foi aprovado com base em seus conhecimentos técnicos e não deve satisfação a políticos que estão de olho nos efeitos que o setor elétrico pode vir a produzir nas próximas eleições.

| | |
|----------------|---|
| Título | Os desafios do novo titular da Aneel |
| Veículo | DCI |
| Data | 15 Jan 2009 |
| Autor | Claudio J. D. Sales |

Anteontem foi o último dia do mandato de Jerson Kelman, que ficou quatro anos à frente da Agência Nacional de Energia Elétrica. Seu substituto deverá ser Nelson Hubner, que já passou pela sabatina da Comissão de Infraestrutura do Senado, mas ainda depende da aprovação formal pelo plenário daquela Casa.

Se aprovado, Hubner enfrentará um mandato repleto de desafios: garantir uma atuação autônoma e despolitizada para a Aneel, executar uma política tarifária baseada em princípios de eficiência, e contribuir para que haja mais transparência em temas como a carga de tributos e subsídios sobre a conta de luz e a real situação de oferta de energia.

Teremos uma Aneel autônoma e despolitizada quando decisões técnicas e econômicas deixarem de ser reféns de políticos. O corpo diretor da agência reguladora deve pautar seus processos e decisões pelo respeito aos contratos e blindar-se das pressões políticas e populistas que gravitam ao redor de um tema em especial: a definição de tarifas.

A tarifa de eletricidade é regulada, o que significa que, com base em contratos de concessão assinados entre o Estado brasileiro e as empresas distribuidoras, o regulador precisa atuar de forma puramente técnica e simplesmente aplicar o que regem estes contratos, equilibrando as pressões advindas do governo (que tem interesses políticos em reduzir a tarifa para obter créditos eleitorais, a despeito das consequências que reduções artificiais possam ter sobre a qualidade dos serviços e sobre a sustentabilidade das empresas), dos consumidores (que obviamente sempre desejarão a maior qualidade pelo menor preço, hoje, mesmo que isso comprometa o longo prazo) e das empresas (que sempre procurarão ter rentabilidade compatível com os custos e riscos impostos pelas exigências dos contratos e pelas características socioeconômicas de suas áreas de concessão).

Esse papel de promotor de equilíbrio é complexo e exige líderes preparados tecnicamente e que consigam resistir principalmente aos ataques demagógicos e populistas.

A mesma seriedade será necessária para interromper o ciclo de baixa transparência sobre a situação de oferta de energia e os custos envolvidos para contornar o elevado risco de racionamento que vivemos há pouco. Aliás, Kelman foi figura isolada nas esferas governamentais quando veio a público e confirmou os cálculos divulgados por este instituto que apontavam riscos de racionamento superiores a 20% em janeiro de 2008. Como membro do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) Hubner pode insistir na necessidade de divulgar as atas de reunião desse comitê, que nunca publicou as justificativas que tem embasado as inúmeras decisões discricionárias que têm afetado todo o País.

Kelman, em seu mandato, evitou a "postura de avestruz" convencido de que é melhor dar transparência aos problemas do setor para que a sociedade busque as soluções melhores e mais baratas, mas foi atacado e desmentido pelo governo que disse que não havia risco algum. Mas o mesmo governo, para evitar o

acionamento, deu a ordem de operar térmicas a óleo e gerou uma conta adicional de R\$ 1,7 bilhão que já está sendo paga pelos consumidores. Nenhum documento técnico foi divulgado para justificar essa medida.

O próximo diretor-geral da Aneel precisará trabalhar para dar transparência a este tema e para dar publicidade à absurda carga de impostos embutida na conta de luz: a alíquota média nacional de 46,3% já rendeu aos cofres públicos, na primeira quinzena de 2009, R\$ 1.6 bilhão.

Ao novo diretor-geral nossos votos de sucesso e nossas altas expectativas em relação à sua independência decisória. Afinal, ele foi aprovado com base em seus conhecimentos técnicos e não deve satisfação a políticos que estão de olho nos efeitos que o setor elétrico pode vir a produzir nas próximas eleições

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil